



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ**  
***CAMPUS FLORIANO***  
**CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**

MERCEJANE FRANCO MARQUES

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR EM SALA DE AULA**

**FLORIANO/- PIAUI**

**2023**

MERCEJANE FRANCO MARQUES

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR EM SALA DE AULA**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Floriano/PI.

Orientador(a): Prof. Dr. Leanne Silva de Sousa

FLORIANO/PI  
2023

## OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR EM SALA DE AULA.

Mercejane Franco Marques<sup>1</sup>

Leanne Silva de Sousa<sup>2</sup>

### RESUMO

A educação inclusiva pode ser compreendida como uma definição de ensino moderna que possui a finalidade de assegurar o direito constitucional de todos à educação. Ela está ligada à igualdade de oportunidades, bem como à valorização das diferenças em todas as esferas imagináveis. O presente estudo tem como objetivo investigar as dificuldades perpassadas pelos educadores, em relação à inclusão escolar dentro da sala de aula, da falta de formação até a falta de dispositivos e estrutura física escolar. Através de uma revisão de literatura com artigos, livros, revistas disponíveis na internet e acervo bibliográfico, buscou-se compreender os desafios encarados pela educação inclusiva. A educação inclusiva na sala de aula enfrenta uma série de desafios que podem ser abordados por meio de diversas soluções, como exemplo oferecer treinamento e desenvolvimento profissional para educadores. A inclusão escolar se refere ao processo de garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário à educação. Em suma, os desafios da educação inclusiva é um processo contínuo que requer esforços de toda a comunidade escolar e a colaboração de diferentes partes interessadas.

**Palavras Chaves:** educação; inclusão; desafios;

### ABSTRACT

Inclusive education can be understood as a modern definition of education that aims to ensure everyone's constitutional right to education. It is linked to equality of opportunities, as well as the appreciation of differences in all imaginable spheres. The present study aims to investigate the difficulties faced by educators, in relation to school inclusion within the classroom, from the lack of training to the lack of devices and physical school structure. Through a literature review with articles, books, magazines available on the internet and bibliographic collection, we sought to understand the challenges faced by inclusive education. Inclusive education in the classroom faces a series of challenges that can be addressed through a variety of solutions, such as offering training and professional development for educators. School inclusion refers to the process of ensuring that all students have equal access to education. In short, the challenges of inclusive education are an ongoing process that requires efforts from the entire school community and the collaboration of different stakeholders.

**Keywords:** education; inclusion; challenges;

---

<sup>1</sup>Discente do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva Instituto Federal do Piauí, campus Floriano- IFPI. E-mail: mer-jane2011@hotmail.com

<sup>2</sup>Doutora em Química pela Universidade Federal do Piauí. IFPI Campus Valença. E-mail: [leannesilva@ifpi.edu.br](mailto:leannesilva@ifpi.edu.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Em áreas economicamente desfavorecidas, o acesso à educação de qualidade pode ser limitado devido à falta de recursos financeiros para construir escolas adequadas, contratar professores qualificados e fornecer materiais educativos. Superar esses desafios requer investimentos financeiros significativos em infraestrutura educacional.

A educação é essencial para combater o preconceito e a intolerância, promovendo a compreensão e a aceitação entre diferentes grupos sociais (ALARCÃO, 2007, p.22). A educação não é apenas um meio de transmitir conhecimento acadêmico, mas também desempenha um papel crucial na construção de sociedades mais justas e inclusivas, onde a diversidade é respeitada e valorizada.

Alunos com deficiências têm uma ampla variedade de necessidades. Adaptar o currículo para atender a essa diversidade pode ser um desafio significativo para os educadores, especialmente em salas de aula com um grande número de alunos com diferentes tipos de deficiência (LUCK, 2010).

Inicialmente, cumpre mencionar que a escola inclusiva consiste naquela em que acolhe todas as crianças e adolescentes, inclusive aqueles que apresentam algum tipo de necessidade especial, pois aos olhos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o acesso à educação também é garantido a esses indivíduos (MENDES, 2019).

Este trabalho tem por objetivo investigar as dificuldades perpassadas pelos educadores, em relação à inclusão escolar dentro da sala de aula, da falta de formação até a falta de dispositivos e estrutura física escolar.

A inclusão escolar se refere ao processo de garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário à educação, independentemente de suas diferenças individuais, como raça, gênero, religião, habilidades físicas ou intelectuais, entre outras. Segundo, Barreto (2014), na prática isso significa que a inclusão escolar envolve a adaptação das escolas e salas de aula para atender às necessidades educacionais de todos os alunos.

Partindo disso, a inclusão escolar pode apresentar desafios para os educadores, pois exige que eles estejam preparados para trabalhar com alunos que possuem diferentes habilidades e necessidades (MANNONI, 2011). Todos os levantamentos teóricos aqui expostos sugerem ações e contribuições importantes que permitem ao educador estabelecer e aprimorar as suas práticas pedagógicas inclusivas.

Desta forma justifica-se esta pesquisa a inclusão em sala de aula requer que a escola tenha uma infraestrutura adequada para receber esses alunos, com espaços adaptados e recursos pedagógicos e tecnológicos que possam atender às necessidades educacionais especiais de cada aluno. Além disso, é importante que os professores estejam capacitados para lidar com a diversidade de alunos em sala de aula (CIRINO, 2016).

Ao constatar a dificuldade dos professores e gestores das escolas em realmente incluir os alunos com necessidades especiais ao convívio escolar e ao seu desenvolvimento. Existe uma extrema importância do tema e na necessidade da aceitação e convivência com a diversidade para a construção de uma sociedade

Diante disso, torna-se possível desvelar a presente indagação: quais seriam os principais desafios encarados pela educação inclusiva nos ambientes escolares? Sabe-se que a lei Maior garante esse direito às pessoas com deficiência, cabe ressaltar que a implantação da educação inclusiva nas instituições de ensino se apresenta como algo árduo, muito devido aos diversos desafios que enfrenta.

No que tange à deficiência, a mesma pode ser compreendida como a circunstância em que uma pessoa perde uma das funções, seja ela física, psíquica ou sensorial. Deve-se registrar que a deficiência não constitui necessariamente um sinônimo de incapacidade. No campo

educacional, o oferecimento de incentivos e recursos apropriados, bem como a eliminação ou redução de empecilhos que atrapalhem a acessibilidade física e a aprendizagem, beneficia a participação ativa dos alunos com deficiência na escola (SILVA, 2017).

A presente pesquisa tem como objetivos específicos, debater a importância da educação inclusiva para a comunidade escolar; examinar a relação entre a prática e a teoria proposta pelas políticas públicas acerca da inclusão escolar; Discutir a importância de formações continuadas sobre o tema para os educadores da sala de aula de ensino regular. A mesma caracteriza-se em uma abordagem qualitativa, a partir de estudos bibliográficos sistemáticos para obter uma compreensão mais ampla dos principais tópicos e desafios relacionados à inclusão escolar, utilizando fontes diversas, como artigos, livros e relatórios.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nos tempos antigos, a sociedade excluía os indivíduos portadores de necessidades especiais, marginalizando ou até mesmo utilizando sua imagem de forma pejorativa. Os sujeitos eram sumarizados a sua deficiência, excluindo-se sua subjetividade de maneira a resumi-los apenas a sua deficiência, segundo Carvalho (2012). Entretanto, com o passar do tempo, o conceito de integração foi se popularizando na sociedade o que levou também a uma modificação no que concerne à educação. Com isso, políticas públicas começaram a ser desenvolvidas com um olhar direcionado às pessoas deficientes.

Para Rogoski (2010, p. 3): historicamente, a educação especial tem sido considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado o alunado da educação especial.

Incluir essas pessoas na sala de aula de ensino regular é de extrema importância no sentido de garantir de fato o que a Constituição de 1988 propõe que é a educação como direito de todos. Em síntese, não somente a Constituição, mas inúmeros documentos oficiais promovem a inclusão escolar na teoria, o que se vê é uma dificuldade relativa de se programar tais propostas na prática.

Sasaki (2002, p.41) defende que “é fundamental equiparmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo portadoras de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos”. Independente de quaisquer deficiências, os sujeitos são todos sonhadores, pessoas com objetivos de vida a serem alcançados e que os excluir ou tratá-los com diferença é podar sua busca por seus objetivos.

A Declaração de Salamanca, documento pioneiro no que se refere à educação especial, enfatiza que: o princípio fundamental desta linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham crianças de minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (1994, p. 17- 18).

No Brasil, o documento inovador, refletiu maior preocupação em propiciar um acesso a educação de qualidade a todos e que movimentos como esse se tornaram essenciais para garantir o direito das pessoas com necessidades educacionais especiais. No conceito de educação inclusiva, é a escola quem deve se adaptar aos alunos e não ao contrário, quando o educando é quem se adapta ao ambiente escolar, ele não está sendo incluído e sim integrado o que o leva de volta ao conceito mais antigo da educação especial (ROGALSKI, 2010).

Sobre o (des) preparo dos docentes acerca da educação inclusiva, antes de tudo é pertinente dialogar sobre o que seja ensinar, e tal ato “não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1999, p. 25).

A educação e o ensinar são ações permeadas pela interação entre os sujeitos de maneira dinâmica numa sociedade e os docentes necessitam considerar “o ato educativo, além de pedagógico, é eminentemente político, é preciso elevar a capacidade crítica de todos os professores de modo a perceberem que a escola, está inserida em contextos de injustiças e de desigualdades que precisam ser modificados” (ROGALSKI, 2010, p. 11).

Vale salientar que essa não é tão somente responsabilidade de educadores, perceber a educação como agente de transformação social é responsabilidade comum a todos. Portanto, ao reconhecer que a transformação social por meio da educação é uma responsabilidade coletiva, pode-se enfatizar a necessidade de um esforço conjunto que envolva educadores, comunidade, governos e indivíduos para criar um impacto significativo e duradouro na sociedade.

Dessa forma, para que docentes sejam capazes de compreender o que seja educação inclusiva e de que maneira constituir seu fazer pedagógico, é necessário que os mesmos adquiram conhecimentos sobre o assunto a que se deseja trabalhar.

É nesse sentido, que a formação continuada avança como uma complementação capaz de fornecer aos professores o conhecimento que favoreça sua prática em sala de aula atendendo todo e qualquer alunado (PAIVA, 2016).

A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando observam as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes (CARVALHO, 2012, p.52).

Em vista disso, educadores preparados com algum tipo de formação complementar podem favorecer um ensino de melhor qualidade para todos. Quando se aborda o termo continuar formação, é preciso compreender o conceito de que a educação não assume mais sua forma tradicional e reconhecer o significado de ser formador (PIMENTEL, 2018).

Se, na experiência de minha formação, que deve ser permanente, começo por aceitar que o formador é o sujeito em relação a quem me considero o objeto, que ele é o sujeito que me forma e eu, o objeto por ele formado, me considero como um paciente que recebe os conhecimentos conteúdos - acumulados pelo sujeito que sabe e que são a mim transferidos (ARANHA, 2004).

Nesta forma de compreender e de viver o processo formador, eu, objeto agora, terei a possibilidade, amanhã, de me tornar o falso sujeito da “formação” do futuro objeto de meu ato formador. É preciso que, pelo contrário, desde o começo do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao formar, e quem é formado forma-se e forma ao ser formado (FREIRE, 2001, p. 12).

Em suma, é perceptível que a formação de um docente é um processo contínuo, visto que a educação se transforma constantemente, sempre caminhando em constante evolução e que, portanto, seus atores precisam acompanhar seu caminhar e evoluir. Um dos primeiros passos tomados nesse sentido foi nos cursos de graduação, onde a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) tornou-se obrigatória como disciplina, na grade curricular da formação de futuros educadores.

Apesar de se constituir como um passo de extrema importância, uma disciplina ofertada de maneira isolada na instrução de um professor, não é o suficiente para que o mesmo adquira conhecimentos para lidar com a educação especial na prática. São necessários outros conhecimentos mais pertinentes como saber o “básico das deficiências, reconhecimento dos direitos, respeito às diferenças, respeito às singularidades, diálogo, acolhimento, empoderamento dos alunos, respeito aos modos de ser, agir e viver dos alunos” (SANTOS; PAULA; FASCINA 2020, p. 184).

Numa outra vertente, a família possui extrema importância no processo da inclusão escolar, é o primeiro contato da criança com o mundo e compreender o que se passa no seio familiar do aluno e ouvir o que sua família tem a dizer é de demasiada importância.

Lourenço (2010) trazer a família para escola, para que a mesma compreenda que a escola se faz da conjunção entre aluno, escola e família, facilita a inclusão do aluno, visto que a educação hoje prega que a realidade vivida pelo alunado seja sempre considerada no seu processo de ensino aprendizagem.

Especular através de breves momentos de observação o perfil do alunado com fundo para uma base de como incluí-lo na escola, nada mais é do que caminhar para o insucesso e regredir.

## 2.1 A PRÁTICA E A TEORIA PROPOSTA PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS ACERCA DA INCLUSÃO ESCOLAR.

A prática e a teoria propostas pelas políticas públicas acerca da inclusão escolar podem muitas vezes apresentar diferenças e desafios específicos. A implementação bem-sucedida das políticas de inclusão escolar requer um compromisso contínuo com a igualdade, o acesso e a colaboração entre todos os envolvidos na educação das crianças (CAMPOS, 2002).

A "Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva" refere-se a diretrizes e princípios orientadores adotados pelo governo brasileiro para promover a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares.

Essa política foi implementada a partir do Decreto nº 7.611/2011 e visa garantir que todos os estudantes, independentemente de suas necessidades especiais, tenham acesso a uma educação de qualidade dentro do ambiente escolar com uma "Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva" refere-se a diretrizes e princípios orientadores adotados pelo governo brasileiro para promover a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares.

A política enfatiza a importância de promover a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, evitando a segregação e a criação de escolas especiais. Reconhece que cada aluno é único e tem necessidades diferentes. Portanto, as escolas devem oferecer estratégias pedagógicas diversificadas para atender a essas diferenças. A política enfatiza a importância de tornar as escolas, materiais didáticos e atividades educacionais acessíveis a todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência (DUTRA, 2005).

É papel do poder público privilegiar o investimento de recursos e materiais em serviços públicos capazes de oferecer apoio e suporte às escolas comuns a fim de melhorar a qualidade do ensino para todos (ARANHA, 2004).

Mendes (2006), afirma que os recentes cursos do governo federal se baseiam em pressupostos de como deve ser o serviço de apoio à escolarização de alunos com deficiência, altas habilidades/ superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, mas não se respaldam nas produções científicas da área.

No contexto da aprendizagem, a simples inserção de alunos que compõem a clientela da educação especial em classes comuns do ensino regular não assegura as relações entre todos os sujeitos da vida escolar nem viabiliza trocas sociais e simbólicas com vistas à assimilação (CARVALHO, 2004).

Para Almeida (2007), a luta pelo direito se constitui numa forma de luta contra a opressão de corpos e pessoas, numa espécie de revolução permanente e generalizada de vários segmentos sociais.

## 2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A COMUNIDADE ESCOLAR

No ano 1990 – O estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – 8069/90- reconhece que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, portanto precisa dos meios necessários para promover seu desenvolvimento físico e mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei 9.394/96 (Brasil, 1996), o artigo 58 esclarece que a Educação Especial, é a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educar portadores de necessidades especiais. Seguem em destaque os parágrafos desta lei:

Ser incluído em uma escola é estar presente, estar no diário de classe, saber que você tem um lugar, saber que você tem uma carteira para se sentar. Grande parte do argumento sobre inclusão, particularmente em países mais ricos, tem sido sobre movimentar crianças.

De acordo com Bordenave e Pereira (2007):

As estratégias estão relacionadas com a forma de oferecer ao aluno oportunidades para viver as experiências desejadas, além, também, das maneiras de estruturar as atividades, isto é, estabelecer situações de ensino-aprendizagem, em que haja uma alta probabilidade de que as ditas experiências realmente aconteçam.

Solé (2012) identificou estratégias que podem ser utilizadas por qualquer professor para atingir todos os alunos, tais como: o planejamento da aula, a apresentação de ideias, a aula expositiva, os debates, a dramatização, pesquisas, projetos, estudo dirigido, trabalhos em grupos e atividades em dupla.

A comunidade escolar desempenha um papel fundamental na promoção e implementação eficaz da educação inclusiva. Isso inclui não apenas os professores, mas também os administradores, funcionários de apoio, pais, alunos e membros da comunidade em geral (ROLDÃO, 2003).

A educação inclusiva é um conceito que visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais, tenham acesso a oportunidades de aprendizagem de qualidade em um ambiente escolar comum (CAMPOS, 2002).

A educação inclusiva é um esforço conjunto que requer a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar. Quando a comunidade se une para criar um ambiente que valoriza e apoia a diversidade, todos os alunos podem se beneficiar de uma educação significativa e enriquecedora (BEYER, 2005).

A comunidade escolar pode ser um defensor ativo da inclusão, trabalhando para eliminar barreiras, combater o estigma e garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades.

A inclusão não é apenas uma ação isolada, mas um compromisso contínuo e uma mentalidade que deve permear todas as atividades da escola. Quando a comunidade escolar se une para defender a inclusão, ela cria um ambiente onde todos os alunos podem crescer aprender e se desenvolver plenamente, independentemente de suas diferenças (CAMPOS, 2002).

É importante salientar que a grande maioria dos professores não teve durante a sua formação contato com conhecimentos voltados para lidar com alunos portadores de necessidades especiais em sala de aula. Portanto, a falta de capacitação dos docentes e demais colaboradores no âmbito escolar representa um grande desafio para a educação inclusiva (OLIVEIRA, 2018).

A inexistência dessa formação gera o fenômeno da pseudoinclusão, ou seja, apenas de figuração do estudante com deficiência na escola regular, sem que ele esteja devidamente incluído no processo de aprender (BARRETO, 2019). Diante disso, a educação inclusiva necessita de professores qualificados para atender à diversidade, reconhecendo as variedades e apreciando as capacidades de cada aluno de forma que o ensino beneficie a aprendizagem de todos.

### **3 METODOLOGIA**

A presente pesquisa caracteriza-se em uma abordagem qualitativa, a partir de estudos bibliográficos sistemáticos para obter uma compreensão mais ampla dos principais tópicos e desafios relacionados à inclusão escolar, utilizando fontes diversas, como artigos, livros e relatórios.

Realizou-se uma investigação sobre a inclusão escolar dentro da sala de aula e das dificuldades perpassadas pelos educadores, da falta de formação até a falta de dispositivos e estrutura física escolar, um debate sobre a importância da educação inclusiva para a comunidade escolar e discutir a importância de formações continuadas sobre o tema para os educadores da sala de aula de ensino regular.

Segundo Fonseca (2002), o trabalho científico é iniciado por meio de pesquisas bibliográficas, a fim de permitir uma maior análise por parte do pesquisador.

Aplicou-se nesta pesquisa, de caráter descritiva, que têm como finalidade inicial, descrever as características de determinada população, os problemas enfrentados diante professores e gestores das escolas no cotidiano.

Para Gil (2008) suas características, a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, adquire destaque.

Fez-se necessário a análise no contexto pesquisado sobre a inclusão nas escolas, pois sabemos que ajuda a quebrar preconceitos sociais e facilita o aprendizado de forma mais colaborativa. A base de busca dos artigos científicos foi o Google acadêmico e scielo, onde foram selecionados artigos científicos, extraídos desta busca a partir de palavras chaves como, desafios, inclusão.

### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Ao abordar o tema "Os Desafios da Inclusão Escolar em Sala de Aula," esperar uma discussão abrangente e detalhada sobre os obstáculos e questões relacionadas à educação inclusiva. Diante dos resultados/citações obtidas através da revisão de literatura com diversos autores, os principais desafios encarados pela educação inclusiva nos ambientes escolares são inúmeros.

Os alunos têm uma ampla gama de necessidades, incluindo dificuldades de aprendizagem, deficiências físicas, deficiências sensoriais, transtornos do espectro autista (TEA) e muito mais. Explorar como as escolas lidam com essa diversidade de necessidades é essencial.

Freire (1999), Oliveira (2018) relatam um tema pertinente atualmente: o despreparo por parte dos docentes. Muitos educadores não recebem treinamentos adequados durante a sua formação, a falta de recursos e apoio também é um problema muito significativo para a educação inclusiva.

Contudo resolver o (des) preparo dos docentes em relação à educação inclusiva é essencial para garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades educacionais e para promover uma sociedade mais inclusiva e justa. Sabe-se que temos Leis que asseguram todos os direitos das crianças e adolescentes para a inclusão na educação.

Nos textos encontrados destaca a ideia fundamental da educação como um processo de transformação mútua entre o educador (quem forma) e o educando (quem é formado). O processo de formação não é unilateral, mas sim um processo de transformação mútua. Isso significa que tanto o educador quanto o educando está envolvido na aprendizagem e no desenvolvimento. Eles estão em constante interação e influência um sobre o outro.

Ressalta a importância da educação como um processo dinâmico e colaborativo, onde tanto o educador quanto o educando desempenham papéis ativos e estão envolvidos em um constante processo de aprendizagem e transformação. A relação entre quem forma e quem são formados é de interdependência, onde ambos têm a capacidade de influenciar e serem influenciados mutuamente. Essa perspectiva pedagógica enfatiza a importância da participação ativa dos educandos no processo de aprendizagem e reconhece que o ensino não é uma via de mão única, mas uma troca enriquecedora de conhecimento e experiência.

No estudo apresentado é importante destacar o poder da família na participação da vida escolar, Lourenço (2010), relata a inclusão escolar é um esforço conjunto que envolve a escola, a família e a comunidade. Trabalhar em parceria com a família não apenas facilita a inclusão do aluno, mas também fortalece o apoio ao aluno, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor para todos.

É importante destacar a influência do poder público na promoção da educação inclusiva e no apoio às escolas comuns para melhorar a qualidade do ensino para todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais.

Na citação, Aranha enfatiza a responsabilidade do poder público em direcionar recursos financeiros e materiais para os serviços públicos que possam oferecer apoio às escolas regulares, assim melhorar a qualidade do ensino em todas as escolas, tornando o sistema educacional mais inclusivo e equitativo. A importância do compromisso do poder público em direcionar recursos e políticas para apoiar a inclusão nas escolas regulares, ao mesmo tempo em que ressaltam a necessidade de que essas políticas e cursos se baseiem em evidências científicas sólidas para garantir a eficácia e a qualidade da inclusão educacional.

A citação de Almeida destaca que a luta pelo direito não é apenas uma batalha legal ou política, mas também uma resistência contra a opressão que afeta tanto os indivíduos quanto os grupos sociais. Essa luta é vista como um movimento contínuo e amplo que envolve pessoas de diversas origens e identidades na busca por justiça, igualdade e dignidade para todos. Ela enfatiza a importância de um compromisso constante com os direitos humanos e a superação das injustiças que persistem na sociedade.

Sabe-se que existe meios e leis para crianças possam incluir no âmbito educacional, por exemplo, a política educacional que enfatiza a importância da inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. Ela destaca a necessidade de que alunos com deficiência sejam integrados em escolas regulares em vez de serem segregados em escolas especiais. Isso significa que a política promove a ideia de que todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais, devem ter a oportunidade de estudar juntos em ambientes inclusivos.

A política reconhece que cada aluno é único e possui necessidades diferentes. Isso significa que não se deve aplicar uma abordagem única para todos, mas sim adaptar o ensino e o suporte de acordo com as necessidades individuais de cada aluno.

É importante incentivar as escolas a oferecerem estratégias pedagógicas variadas para atender às diferentes necessidades dos alunos. Isso pode envolver o uso de métodos de ensino diferenciados, adaptações curriculares e apoio individualizado.

Roldão (2003), enfatiza a questão da importância do professor, um grande desafio também para os profissionais na educação, mas sabe-se que há várias estratégias que podem ser usadas por professores para atender as necessidades de todos os alunos. A importância da comunidade escolar na promoção e implementação eficaz da educação inclusiva. Isso significa

que não são apenas os professores que desempenham um papel crucial, mas também administradores, funcionários de apoio, pais, alunos e membros da comunidade em geral.

Para Solé (2012) todos têm responsabilidade em apoiar a inclusão, promover um ambiente escolar acolhedor e assegurar que as necessidades de todos os alunos sejam atendidas. A colaboração e o comprometimento de toda a comunidade escolar são essenciais para o sucesso da educação inclusiva.

A inclusão não se trata apenas de acesso à educação, mas também de interações sociais positivas. Discutir como promover a aceitação e o respeito entre os alunos é essencial. Analisando o impacto da inclusão nas trajetórias educacionais e nos resultados dos alunos é fundamental para avaliar a eficácia das políticas e práticas de inclusão.

Beyer 2005, destaca a importância da educação inclusiva e como é um esforço que depende da colaboração de todos os membros da comunidade escolar. Quando todos na comunidade escolar - incluindo professores, funcionários, pais e alunos - se unem para criar um ambiente que valoriza e apoia a diversidade, todos os alunos se beneficiam. Educação inclusiva se refere a um sistema educacional que aceita e celebra a diversidade dos alunos, incluindo aqueles com diferentes habilidades, origens étnicas, sociais e culturais, e os apoia de maneira adequada para garantir que todos recebam uma educação significativa e enriquecedora. É um chamado para a criação de um ambiente escolar onde cada aluno é respeitado, apoiado e tem a oportunidade de aprender e crescer, independentemente de suas diferenças.

A citação de Mendes (2006) sugere que os cursos promovidos pelo governo federal para apoiar a educação de alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento não estão fundamentados em pesquisas científicas da área. Em outras palavras, o autor está criticando o fato de que os programas e políticas educacionais implementados pelo governo não estão sendo desenvolvidos com base em evidências científicas ou pesquisas acadêmicas sólidas.

Vale ressaltar que é importante considerar os desafios futuros da inclusão, como as mudanças na sociedade, na tecnologia e nas necessidades dos alunos, é importante para garantir que as abordagens de inclusão evoluam com o tempo.

Em suma, os desafios da educação inclusiva é um processo contínuo que requer esforços de toda a comunidade escolar e a colaboração de diferentes partes interessadas. A criação de um ambiente educacional inclusivo e acolhedor é um objetivo que vale a pena, pois beneficia não apenas os alunos com necessidades especiais, mas também toda a sociedade, promovendo a igualdade e a diversidade.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa teve como finalidade discorrer acerca dos desafios da inclusão escolar na sala de aula, visando elencar quais seriam os principais problemas enfrentados pela implementação da educação inclusiva nos estabelecimentos de ensino.

Diante de tudo que foi apresentado no decorrer do desenvolvimento é importante destacar que os resultados esperados da inclusão escolar dependem de um esforço conjunto de toda a escola, incluindo os professores, funcionários e pais de alunos, além dos próprios alunos. A inclusão escolar não é um processo fácil, mas é fundamental para garantir uma educação de qualidade e justa para todos.

O desenvolvimento de habilidades sociais, a inclusão escolar pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais em todos os alunos, permitindo a convivência com as diferenças e o aprendizado de respeito e empatia.

É necessária a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis, pois a inclusão escolar pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis, capazes de respeitar as diferenças e de agir de forma ética e responsável.

A educação inclusiva na sala de aula enfrenta uma série de desafios que podem ser abordados por meio de diversas soluções tais como: oferecer treinamento e desenvolvimento profissional para educadores, abordando estratégias de ensino diferenciadas, adaptações curriculares e uso de tecnologias assistivas; Introduzir cursos de formação inicial e contínua que abordem a diversidade e a inclusão em sala de aula; Incluir os pais e responsáveis como parceiros na educação, compartilhando informações sobre o progresso acadêmico e social dos alunos e envolvendo-os nas decisões educacionais.

É importante lembrar que cada ambiente escolar e cada aluno são únicos, então as soluções podem variar. O compromisso contínuo com a melhoria da educação inclusiva requer uma abordagem flexível e adaptável, além da colaboração de educadores, famílias, profissionais de saúde e comunidades em geral.

## REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Isabel. Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva. São Paulo: Cortez, 2003.
- ARANHA Maria Salete Fábio, O Município - Brasil: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.
- BARRETO, Maria Ângela de Oliveira Champion. Educação inclusiva: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. São Paulo: Érica, 2019.
- Beyer, Holanda. O. Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005
- BORDENAVE, J. D; PEREIRA, A. M. Estratégias de ensino-aprendizagem. 28ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007
- Campos, B.P. “Políticas de Formação de Profissionais de Ensino em Escolas Autônomas”, Edições Afrontamento, Porto, 2002.
- CIRINO, Giovanni. A inclusão social na área educacional. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- CARVALHO, J. A exclusão da diferença. Piracicaba: Unimep, 2012.
- DUTRA, Cláudia. P.; GRIBOSKI, Cláudia M. Gestão para Inclusão. Revista de Educação Especial, Santa Maria, n. 26, p. 9-17, 2005.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FREIRE, P. Educação e mudança. 24ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. Estudos avançados, v. 15, p. 259-268, 2001.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LOURENÇO, Érika. Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LÜCK, Heloísa. Liderança em gestão escolar. 6. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MANNONI, M. et al.. Educação impossível (Álvaro Cabral, trad.). Rio de Janeiro: Francisco Alves.2011

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre a inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, São Carlos,2019

MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Gonçalves. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais. Práxis educacional, v. 10, n. 16, p. 35-59, 2014.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. (Org.). 1997. A integração de pessoas com deficiência. São Paulo: Memnon. SENAC.

OLIVEIRA, Elizângela de Souza. Inclusão social: professores preparados ou não? Revista Contribuição do Leitor, v. 11, n. 2, 2018.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. Revista de Educação do IDEAU, v. 5, n. 12, p. 1-13, 2010.

Roldão, M.C. “Diferenciação Curricular e Inclusão”, in: : David Rodrigues (Org.) “Perspectivas sobre a Inclusão; da Educação à Sociedade”, Porto Editora, Porto. 2003

PAIVA, Francisco J. de. Gestão participativa: impactos sobre a produtividade organizacional. Curitiba: Appris, 2016.

PIMENTEL, A. G. L. & Fernandes, F. D. M. (2018). A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo.

SANTOS, Marcos Antônio dos; PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; FASCINA, Diego Luiz Miiller. Diálogos sobre educação inclusiva, políticas públicas e formação de professores: uma articulação existente, permanente e fundamental. Educação Online, v. 15, n. 34, p. 177-188, 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SOLÉ, L. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed; 2012.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. [Adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais]. Acesso e Qualidade, realizado em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Genebra, UNESCO 1994.

